



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

REBECA MENDES SILVA

A IMPLEMENTAÇÃO E DILEMAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA

São Luís - MA

2024

REBECA MENDES SILVA

**A IMPLEMENTAÇÃO E DILEMAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de educação física da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Educação Física.

Orientação: Prof. Ms Rafael Durans Pereira.

SÃO LUIS - MA

2024

Dedico em primeiro lugar a Deus, a minha família, noivo e aos professores que me ajudaram na conquista de mais esse sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, cuja presença me ajuda nas escolhas e dificuldades enfrentadas.

A minha família e noivo que de alguma forma apoiaram para a realização dessa conquista.

A meu orientador, Prof. Ms Rafael Durans Pereira, que desde o início mostrou favorável a ajudar.

Agradeço também a todos os professores da Universidade Federal do Maranhão pelo conhecimento transmitido no decorrer da minha formação acadêmica.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar e compreender as dificuldades e dilemas da inclusão da Educação Física para as crianças deficientes nas escolas e a capacitação dos profissionais no dia-a-dia. Ter acesso aos direitos básicos, uma vida em comunidade e educação é um direito garantido por lei para todas as crianças, possuindo ou não algum tipo de deficiência. Incluir as crianças com deficiência nas escolas é um desafio a ser vencido pela escola e seus colaboradores. É preciso que se tenha um conhecimento sobre as deficiências para que a inclusão seja benéfica a todos. As aulas de Educação Física que usam a metodologia da Educação Inclusiva trazem muitos benefícios para o deficiente físico, proporcionando aos mesmos, experiências com ênfase na igualdade, interação e cooperação com os outros alunos, pois são utilizados métodos para movimentar o corpo e suas expressões.

Palavras chave: Deficiência Física; Educação Física; Escola.

ABSTRACT

This study aims to investigate and understand the difficulties and dilemmas of including Physical Education for disabled children in schools and training professionals in their daily lives. Having access to basic rights, community life and education is a right guaranteed by law for all children, whether or not they have some type of disability. Including children with disabilities in schools is a challenge to be overcome by the school and its employees. It is necessary to have knowledge about disabilities so that inclusion is beneficial to everyone. Physical Education classes that use the Inclusive Education methodology bring many benefits to the physically disabled, providing them with experiences with an emphasis on equality, interaction and cooperation with other students, as methods are used to move the body and its expressions.

Keywords: Disability Physical; Physical education; School.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. OBJETIVOS.....	11
2.1 Geral.....	11
2.2 Específico.....	11
3. METODOLOGIA.....	11
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	13
4.1 Principais causas da deficiência física.....	13
4.2 A Educação Física e a inclusão escolar.....	19
4.3 A capacitação dos profissionais na Educação Física.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6. REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

A sociedade no decorrer das últimas décadas tem se esforçado em se retratar e reconhecer as atitudes injustas que causaram discriminação nas pessoas tidas como diferentes. Para que as pessoas portadoras de deficiência fossem introduzidas na comunidade, a sociedade se reuniu para que a Lei as protegesse, garantindo seus direitos e adaptações necessárias.

De acordo com Ribas (2011), a ONU no ano de 1975 estabeleceu a declaração dos direitos das pessoas deficientes, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, defendendo o artigo I: “O termo pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente as necessidades de uma vida social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não em suas capacidades físicas ou mentais”.

Em 6 de julho de 2015, foi instituído a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência*, pela [Lei nº 13.146](#). A lei citada assegura, ampara e promove o direito das Pessoas com Deficiência (física, mental, sensorial ou intelectual) garantindo condição de igualdade e inclusão social. A base para essa lei foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU.

Segundo França (1998, p.203) de acordo com o dicionário Aurélio, preconceito significa uma opinião formada sem reflexo, um conselho antecipado, uma superstição.

Em relação ao indivíduo preconceituoso existem duas atitudes distintas, que segundo Crochik (2006) uma é a rejeição e a outra é o exagero da aceitação. As atitudes de ambas são inatas. Sendo assim, durante o processo de socialização, a criança pode perceber que o outro é diferente dela sem que isso cause desconforto, constrangimento ou impeça no seu modo de se relacionar com o outro. Esse contato dar possibilidade de experiências e como consequência leva a reflexão sobre o outro e sobre si mesmo em relação ao preconceito.

A inclusão de crianças com deficiências nas escolas é uma temática que vem sendo frequentemente debatida em muitas áreas de conhecimento, através de diferentes abordagens pedagógicas, tento o intuito

de gerar mudanças de como a sociedade ver a relação desse assunto. Essas tentativas são consideradas recentes, pois até o final da década de 1980, esse não era um tema abordado como objeto de pesquisa, nem como de interesse social (JÚNIOR, 2015).

É um desafio a ser vencido pelas escolas e sociedade a inclusão de aluno com deficiência nas aulas de Educação Física. A educação inclusiva se dá por compartilhar o mesmo espaço físico, adaptações no ensino, a participação dos alunos nas aulas, integração na sociedade e o direito a educação (SANT'ANA, 2005).

De acordo com Gorgotti e Costa (2005), a educação física na escola tem a função de transformar e compreender a realidade que nos cerca a partir da cultura do movimento. Barandi (1994, apud DUART; LIMA, 2003, p.92) a Educação Física Adaptada (EFA) pode ser conceituada também como a educação que ajusta as atividades tradicionais ou que envolve as modificações que a Educação Física permitindo que as crianças com deficiência participem de acordo com suas capacidades e com segurança, sendo assim, a EFA não é diferente da tradicional, mas se adapta para cada tipo de deficiência.

Segundo Duarte (2003 apud AGUIAR; DUARTE, 2005) os Cursos de Educação Física colocaram em seus programas curriculares conteúdos relativos às pessoas com deficiência, com necessidades especiais somente na última década. E os materiais didáticos para trabalhar com essa população em nossa língua ainda é escasso.

É ressaltado por Mantoan (1997) as diferenças entre inclusão e integração. É conceituada a integração escolar como uma forma de inserir o aluno ao sistema escolar, de acordo com sua própria capacidade de adaptação. Mas o sistema não muda, continua da mesma forma, fazendo que o aluno seja obrigado a se adaptar, sendo assim, a integração ao sistema continua ainda mais superficial, pois o grupo dos excluídos só aumenta. A Educação Física nos últimos 30 anos teve uma grande evolução nas práticas pedagógicas criando uma área específica a Educação Física adaptada para responder as necessidades PDC, que de acordo com Winnick (2004, p.04): tem o objetivo de suprir a longo prazo as necessidades especiais, e é importante que os

professores fiquem atentos aos diversos tipos de deficiência que possam ser encontradas entre seus alunos.

”O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas na sala de aula.” (ALVES, 2009,p.45,46)

Nos dias atuais, é perceptível a preocupação com a formação pedagógica do docente de modo geral quando se trata da educação inclusiva e as estratégias metodológicas usadas com esses alunos.

A conscientização dos educadores de que a educação contemporânea dos alunos é homogênea, tendo necessidade de ter uma atenção pedagógica adequada às necessidades educacionais. “As principais dificuldades dos profissionais são espaços inadequados, carência de material e dificuldades no desenvolvimento de novas atividades.” (SANTOS; MENDES; LADISLAU, 2014)

2- OBJETIVO

2.1-Objetivo Geral

Apontar os aspectos da inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física, disciplina que colabora com o desenvolvimento de forma integral da criança e do adolescente.

2.2-Objetivo Específico

- Essa pesquisa busca apontar como esta sendo tratada a inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física em instituições escolares.
- De início nossas reflexões são direcionadas com o fim de compreender o curso histórico das pessoas com deficiência e compreendendo como as mesmas foram tratadas com o passar do tempo.
- Apresentar também os obstáculos e elementos que ajudam a atuação do professor de Educação Física com os alunos com Deficiência Física.

3- METODOLOGIA

Segundo Andrade (2003) “metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. Ou seja, é a metodologia que proporciona o caminho confiável e seguro para a explicação e descrição dos fenômenos relacionados ao objeto de estudo, dando um grau maior de cientificidade do estudo.

A metodologia é baseada em artigos científicos que visam validar teorias, segundo os métodos e procedimentos científicos para fundamentar e estruturar a pesquisa, com o objetivo de desenvolver e esclarecer a verdade.

A pergunta que norteia este estudo é: “Quais são os dilemas enfrentados pelos professores e alunos na introdução da educação física para crianças com deficiência nas escolas?”.

A coleta de dados foi feita buscando artigos no Portal de Periódicos (CAPES). Foram usadas como critério as palavras chaves “Pessoa com deficiência”, “Educação Física” e “Escola”. A pesquisa qualitativa de caráter descritivo foi o método usado para abordar a elaboração deste trabalho. De acordo com Neves (2016), a pesquisa qualitativa é compreendida como “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visa descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”.

Os artigos escolhidos tiveram como critérios, trabalhos como forma de tese ou artigo e publicações brasileiras, mesclando em artigos entre os anos de 1987 e 2018. Também foram usados como critérios os objetivos principais das revistas e se identificava com o problema da pesquisa por meio da avaliação de títulos, resumos e textos completos dos artigos. E os critérios usados como exclusão foram os com falta de acesso online gratuito ao texto completo, a duplicidade de artigos e o idioma que não fosse o português.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PRINCIPAIS CAUSAS DA DEFICIÊNCIA FÍSICA

Tabela 01 – Conceitos e causas da deficiência física.

AUTOR	ANO	RESULTADO
Brasil	1988	A sociedade antiga via as pessoas com deficiência como uma maldição dos deuses.
Corde Carmo	1991	A deficiência física é padronizada por várias limitações motoras, tais como: paraplegia, tetraplegia, paralisia cerebral, amputação, lesão medular e artropatia.
Giovani Nogueiro	2016	A família é muito importante como rede de apoio para a pessoa com deficiência.
Goffman	1996	No período da Idade Média os PCD's eram abandonados a própria sorte pela Igreja, os mesmos dependiam da caridade das pessoas.
Mefano	2014	A Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as pessoas Portadoras de Deficiência foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº3.956/01. Esse documento ressalta o direito das pessoas com deficiência a terem melhor qualidade de vida.
Negreiros	2014	O Brasil durante vários séculos colocou os PCD's

		na categoria dos mais “miseráveis”, mas no início dos anos 80 o país avançou consideravelmente em relação a garantia dos direitos e ao respeito dos mesmos.
Oliveira	2012	A OMS declarou que 10% da população mundial apresenta algum tipo de deficiência.
Ribas	2003	A origem das deficiências é classificadas como pré-natal, peri-natal e pós-natal.
Texeira	2010	A medicina vê a deficiência como sensorial ou intelectual, e tem um impacto direto no meio social e físico.

A trajetória da PCD (pessoa com deficiência) na história da humanidade foi marcada pela discriminação e exclusão através de vários argumentos que mudavam de acordo com o que era vivido na história.

Durante a história a sociedade antiga encarava a deficiência como uma maldição dos deuses, logo o indivíduo não era visto com bons olhos pela sociedade e era excluído da convivência entre eles. “[...] a pessoa diferente, com limitações funcionais e necessidades diferenciadas, era praticamente exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral” (BRASIL, 1998, p. 7).

De acordo com Brasil (1998) um exemplo disso foi a Grécia clássica, pois uma das formas de demonstrar que o indivíduo era bem-aventurado, feliz e belo era através do corpo são e do mente sã. Era uma sociedade onde o corpo atlético e simétrico eram símbolos de uma vida saudável e feliz. A

deficiência era o oposto disso, simbolizava tudo que era desprezível, sendo assim, é possível encontrar nas sociedades antigas o infanticídio, era uma maneira de se livrar desses indivíduos que seriam um peso para a sociedade e para a família.

Sobre as PCD na Grécia antiga, Goffman (1996, p.5) afirma que os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou um traidor, uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos.

Com o fortalecimento da igreja católica houve uma grande mudança na organização político-administrativo durante o período da Idade Média. Mas quanto ao PCD não houve muita mudança, era abandonadas a própria sorte pela Igreja, dependendo da bondade de algumas pessoas que eram educadas pela igreja católica a praticar a boa ação com o intuito de alcançar o reino dos céus.

Segundo Brasil (1998) as Pessoas doentes, defeituosas e/ou mentalmente afetadas (provavelmente deficientes físicos, sensoriais e mentais), em função da assunção das ideias cristãs, não podiam ser exterminadas, já que também eram criaturas de Deus. Assim eram aparentemente ignorados a própria sorte, dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridade humana. Da mesma forma que na Antiguidade, alguns continuavam a ser aproveitados como fonte de diversão, como bobos da corte, como material de exposição, etc.

A história que abrange a deficiência no Brasil também não foi muito diferente das demais. A deficiência se apresenta desde o descobrimento do Brasil, com o conceito indígena sobre a deficiência. De acordo com Silva (1987), no Brasil, a pessoa com deficiência foi incluída, por vários séculos, dentro da categoria mais ampla dos "miseráveis", talvez o mais pobre entre os pobres. Negreiros (2014) diz que na cultura indígena, onde as pessoas nascidas com deficiência era um sinal de mau agouro, um prenúncio de castigos dos deuses

a eliminação sumária das crianças era habitual, assim como o abandono dos que adquiriam a deficiência no decorrer da vida.

Direcionando para os dias atuais, podemos dizer nosso país melhorou muito em relação à garantia dos direitos e ao respeito do PCD. Garantia ao direito na educação, na sociedade, no âmbito profissional, entre outros, mas ainda precisa melhorar muitos aspectos voltados para o preconceito. De acordo com Negreiros (2014) Atualmente no Brasil, como em outros países, felizmente, percebeu-se com o tempo que, as pessoas com deficiência poderiam estar socialmente integradas participando da vida educacional, laboral e cultural sem estarem restritas ao espaço familiar, hospitais ou instituições especializadas. Esse é o reflexo da luta, iniciada nos anos 80, em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e que reverbera nas legislações, nas políticas públicas e nas ações (...).

Segundo Oliveira (2012) de acordo com a Organização Mundial de Saúde, na população mundial 10% apresentam algum tipo de deficiência. O número de pessoas com deficiência No Brasil é de 24,5 milhões de pessoas, sendo aproximadamente 14,5% da população, sendo incluídas pessoas com: deficiência visual (48,1%), motora (22,9%), auditiva (16,7%), intelectual (8,3%) e física (4,1%).

Foi declarado pela ONU (Organização Mundial da saúde) no ano de 1981 o Ano Internacional da Pessoa Deficiente e em 1982 aprovou o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência. Foi editada em 1999 pela Organização dos Estados Americanos a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as pessoas Portadoras de Deficiência, sendo promulgada no Brasil pelo Decreto nº3.956/01 (MEFANO, 2014).

De acordo com Mefano (2014) esses documentos ressaltam o direito das pessoas com deficiência a terem iguais oportunidades, para poder usufruir as melhorias nas condições de vida resultantes do progresso social e do desenvolvimento econômico. Foram estabelecidos diretrizes nas áreas de educação, saúde, seguridade social, emprego e renda, legislação, dando orientação para os estados membros sobre a elaboração das políticas públicas.

Segundo Teixeira para que a sociedade se torne eficaz sobre a inclusão é necessário conhecer o conceito de deficiência. A palavra deficiente vem do latim *deficiens* e significa: insatisfatório, insuficiente, medíocre.

A deficiência de acordo com o ponto de vista médico pode ser intelectual ou sensorial e ter impacto na capacidade de interação com meio social e físico. A pessoa com deficiência apresenta caráter permanente, perda ou redução de sua estrutura ou função anatômica, fisiológica, psicológica ou mental, gerando incapacidade para algumas atividades. (TEIXEIRA, 2010).

No dia a dia varias expressões são usadas para se referir a terminologia de pessoas com deficiência. O termo excepcional e especial não deve ser utilizado, pois tende a uma conotação dos indivíduos com deficiência, atribuindo a deficiência a um lugar de alguém que não se encaixa nos padrões humanos de existência e comportamento (TEIXEIRA, 2010).

Ribas (2003) classificou as deficiências sob outro ponto de vista, sendo as deficiências físicas, sensoriais (subdivididas em visuais e auditivas) e mentais. Ele também as classifica em pré-natal, peri-natal e pós-natal. As deficiências de origem pré-natal são aquelas que se desenvolvem no período de formação do feto no decorrer da gravidez, podendo ter causas congênitas (ligadas a hereditariedade ou carga genética) ou por doença, transmitida pela mãe para o feto (efeitos de Raio-X, ingestão de drogas e remédios proibidos) ou até mesmo desenvolvida pelo próprio feto. São conhecidas como doenças adquiridas as deficiências de origem peri e pós-natal, sendo as de origem per-natal desenvolvidas no período do nascimento (deficiências surgidas nas complicações do parto), e as de origem pós-natal que são adquiridas em qualquer fase da vida da pessoa, desde o nascimento tem como causa doenças ou acidentes.

Tentando padronizar a terminologia da deficiência física, a CORDE (apud CARMO, (1991) são englobados vários tipos de limitação motora como paraplegia (paralisia total ou parcial da metade inferior do corpo), o movimento das pernas sendo comprometido, causada geralmente por lesão na medula espinhal ou poliomielite; tetraplegia (paralisia parcial ou total do corpo), as funções dos braços e pernas sendo comprometidas e possui as mesmas causas da paraplegia; paralisia cerebral, que é um termo usado para um grupo de limitações psicomotoras que são resultados de uma lesão do sistema nervoso central; amputação (falta parcial ou total de um ou mais membros do corpo), causada por doenças crônicas circulatórias ou acidente traumático. A paralisia cerebral pode ser causada por desnutrição materna, subnutrição, prematuridade, toxoplasmose ou trauma de parto. A malformação congênita é causada pela exposição à radiação ou uso de drogas, mas também há causas desconhecidas. A hemiplegia pode ser causada por aneurisma, tumor cerebral ou AVC (acidente vascular cerebral). A lesão medular é causada por quedas,

processos infecciosos ou degenerativos, acidentes, ferimento por arma de fogo ou branca e mergulho em águas rasas. E temos também a Artropatia que pode ser causada por distúrbios metabólicos, processos degenerativos ou inflamatórios, entre outros.

Segundo Giovani Cavalheiro Nogueira (2016) a definição de deficiência é muito desafiadora ainda, pois historicamente e socialmente congrega elementos questionáveis e complexos. Sendo assim, evidentemente que a sociedade parece não ter o entendimento de maneira geral as necessidades da pessoa com deficiência, o que ocasiona a dificuldade de inclusão e acessibilidade. Com isso se destaca o apoio familiar, que é de suma importância, pois é uma rede de apoio frente a outras práticas de cuidado da deficiência, não apenas aos cuidados clínicos, mas também ao respeito ao diagnóstico e tratamento de doenças.

4.2. A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO ESCOLAR

Tabela 2- A educação física e a inclusão escolar.

AUTOR	ANO	RESULTADO
Batista	2006	O processo de inclusão abrange todos os alunos, sem preconceitos contra as diferenças, e atendendo suas necessidades.
Brasil	1996	Nas escolas, o processo de inclusão abrange todos os alunos, independente de duas condições no modo geral.
Brasil	1998	A diversidade é muito importante no âmbito escolar, pois garante que a escola tenha um ensino de qualidade.
Brasil	1996	De acordo com a LDB 9394/ 96. Art. 59°, III, é necessário uma especialização por parte dos professores para trabalhar com pessoas especiais.
De Lucas	2012	O motivo da inclusão escolar de alunos com deficiências ter se tornado objeto de pesquisa se deu por que muitos autores consideram a educação física uma situação singular.
Ferreira	2002	Para criar uma escola inclusiva é essencial uma estrutura adequada.

Ferreira	2012	O crescimento das políticas públicas internacionais de inclusão fortaleceu a garantia dos alunos com algum tipo de deficiência no ensino regular.
Fonseca	1995	A escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, à variedade humana.
Mendes	2013	A partir de 1970, as crianças com deficiência passaram a ser aceitas nas escolas regulares.
Rodrigues	2003	Com a necessidade da educação inclusiva, a educação física não ficou indiferente ou neutra, mas se posicionou de maneira positiva.
Salamanca	1994	Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.

As políticas públicas usadas para ampliar o contexto da inclusão seria um caminho para chegar-se a uma sociedade inclusiva. O estado deve projetar e dar consistência na ideia da educação inclusiva na política pública formando uma comunidade a qual respeite a diversidade e a garantia do direito a educação a todos. O conselho de Inclusão se firma na diversidade, diferença, universalização de indivíduos dentro do mesmo espaço, neste contexto, a escola (PAULON et al, 2005).

A educação inclusiva no Brasil teve início no ano de 1970, segundo Mendes (2013), traduzido como integração no Brasil, o mainstreaming tinha como fundamentos: a primazia pelo ensino não restritivo, a oferta coerente do ensino especial e regular, e o convívio com outros grupos da sociedade. A partir de 1970, as crianças com deficiências passaram a ser aceitas nas escolas regulares em turmas comuns ou especiais.

O processo de inclusão abrange todos os alunos, independente “de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, para serem recebidos em todas as escolas”, sem preconceitos contra as diferenças, e atendendo suas necessidades (BATISTA, 2006).

Segundo Aniralian et (2000) um indivíduo com necessidades educacionais especiais tem como característica o dano ou ausência estrutural dos aspectos físicos, anatômicos ou psíquicos, definitivo ou provisório. A ausência ou anormalidades de um membro ou até funções mentais que constituem deficiência.

Segundo a LDB 9394/ 96. Art. 58º, § 1º, é compreendido como um modelo de educação que é opcionalmente disponibilizado pela escola, para os alunos que tenham algum tipo de limitação. A mesma lei no Art. 59º, III, é necessário que os professores tenham uma especialização para trabalhar com pessoas especiais, e terem a capacidade de mediar a inclusão desses alunos no contexto escolar (Brasil, 1996).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no âmbito escolar é muito importante a diversidade, pois garante que tenha o acesso escolar com ensino de qualidade. O respeito a diversidade é o papel que deve se tornar mais forte da escola, em não aceitar a desigualdade, as diferenças devem ser vistas como um incentivo para que a educação de qualidade se cumpra. Os PNCs no processo de inclusão tem um grande papel, pois cria o vínculo entre a sociedade e escola, e é um fator de extrema importância para a educação. Nos dias atuais, a escola tem uma expectativa de que forme cidadãos críticos, que tenham participação das atividades dentro da sociedade e que respeitem as diferenças (BRASIL, 1998).

De acordo com Ferreira (2012), o crescimento das políticas internacionais de inclusão fortaleceu a garantia dos alunos com algum tipo de deficiência para a introdução no ensino regular, principalmente a Declaração de Salamaca (1994), como é citado em seguida: Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveriam acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança capaz de satisfazer a tais necessidades; Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma comunidade inclusiva e alcançando educação para todos; Além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo sistema educacional.

Com a necessidade da educação inclusiva, o papel da Educação Física teve que se direcionar nesse processo. “A Educação Física não pode ficar indiferente ou neutra no processo de educação inclusiva. Ela pode se constituir como um adjuvante ou até mesmo um obstáculo adicional nesse contexto, dependendo acima de tudo da maneira como fora trabalhada.” (RODRIGUES, 2003 apud CONCLI; MENEZES, 2010, p.1)

Nesse contexto educacional, a educação física tem buscado uma forma de conhecimento necessário para que um novo cidadão seja construído por completo, íntegro e com a consciência do seu papel na sociedade. Sendo assim, “a formação dos docentes é a principal forma para que eles busquem subsídios para exercerem suas funções” (BARADEL, 2007).

No processo de inclusão escolar para crianças deficientes, a educação física constitui uma parte muito importante. Portanto, os benefícios e possíveis limitações que são enfrentados por essa disciplina. Sendo assim, aponta

Rodrigues (2003) apud Concli e Menezes (2010) que o professor dessa disciplina possui uma maior liberdade em organizá-los facilitando a sua prática. Outra vantagem apontada pelo autor é de que os professores de Educação Física são vistos como profissionais que desenvolvem atitudes mais positivas perante os alunos que os demais professores, gerando assim atitudes mais favoráveis à inclusão. O terceiro aspecto destacado é que a Educação Física permite uma maior participação dos alunos nas atividades, inclusive daqueles que evidenciam dificuldades.

A educação física precisa ter destaque na escola por ter um papel fundamental na formação da criança, principalmente na motricidade no desenvolvimento da inteligência das relações sociais, das interdisciplinaridades e dos sentimentos com outros conteúdos importantes para a formação acadêmica dos alunos. “A educação física está garantida pela Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB”. (BRASIL, 1996).

Para criar uma escola inclusiva é essencial uma estrutura adequada, também é de suma importância definir um bom planejamento, utilizar materiais adequados para o desenvolvimento das atividades práticas e teóricas, promovendo a socialização dos alunos envolvidos no processo inclusivo. “A escola comum só é benéfica se puder atendê-la se estiver contribuindo no processo de desenvolvimento global” (FERREIRA, 2002).

A educação física não é vista apenas pelo movimento: é a educação do corpo inteiro, pois é necessário que tenha uma relação com os alunos para que haja uma promoção entre prática e teoria educacional com a formação na mente e no corpo, ainda mais se tratando do processo de inclusão escolar e a integração dos alunos. . “A educação física em seu currículo tem como ideia básica ensinar o conhecimento sistematizado sobre o movimento corporal, preparando o educando para a regulação, interação e transformação com relação ao meio em que vive, auxiliando para a formação do sentido de ser humano” (BRASIL, 1996).

Para as crianças em formação, em especial as que possuem algum tipo de deficiência, é muito importante as aulas de educação física para despertar o sentimento de valorização do aluno, pois no transcorrer das aulas o

aspecto afetivo se faz presente, o professor estabelece vínculos afetivos para buscar o desenvolvimento da habilidade que cada aluno traz na sua bagagem. “Na escola, portanto, quem deve determinar o caráter de cada dinâmica coletiva é o professor, a fim de viabilizar a inclusão de todos os alunos, esse é um dos aspectos que diferencia a prática corporal dentro e fora da escola”. (BRASIL, 1997, p. 30).

Outra questão relevante é a integração dos alunos, pois facilita o desenvolver das atividades destinadas ao grupo, faze-los de vítima não traz nenhum benefício social durante as atividades físicas, sendo preciso pensar e atrelar no regime pedagógico e no currículo escolar, atividades onde os alunos possam desenvolver suas habilidades respeitando o limite e dificuldade de cada um. “A escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, à variedade humana”. E ainda, “... é falso e displicente supor que as crianças deficientes não dispõem da capacidade de aprendizagem. Nelas a disposição é outra, mais lenta e diferente, mas isso não quer dizer que tal condição seja extinta ou ausente”. (FONSECA, 1995, p. 202).

Muitos autores consideram a educação física uma situação singular referente aos diferentes trabalhos no processo de inclusão. Esse é o motivo de da inclusão escolar com alunos com deficiência nas aulas de educação física ter se tornado objeto de pesquisas há algum tempo (DE LUCAS, 2012).

4.3 A capacitação dos profissionais na Educação Física

Tabela 3- A capacitação dos profissionais de Educação Física

AUTOR	ANO	RESULTADO
Batista	2015	84,85% dos professores não procuram formação continuada na área da educação física especial.
Brevilher	2010	Os docentes devem identificar o perfil de suas salas e buscar formas de adaptar o aprendizado para todos os alunos.
Carmo	2002	A psicomotricidade surgiu em meados dos anos 70 e se tornou muito importante para a educação física escolar, principalmente para os alunos com deficiência.
Freitas	1997	As abordagens metodológicas que a Educação Física aborda, ajudam positivamente no desenvolvimento de alunos com deficiência, mas somente as abordagens não são fundamentais, o professor precisa de uma formação docente continuada.
Dário	2014	A psicomotricidade engloba o desenvolvimento da criança, buscando a garantia da formação do aluno.
Gallahue	1943	A capacidade de individualizar e

		personalizar a instrução para atender às necessidades e interesses singulares das crianças também é essencial para o sucesso em longo prazo.
Gorgatti	2009	66,6% dos professores entrevistados na pesquisa realizada por Gorgatti, demonstraram pessimismo relacionado ao seu preparo para trabalhar com alunos com deficiência.
Go Tani	2011	A abordagem desenvolvimentista tem como característica a progressão normal do desenvolvimento.
Hutzler	2003	Os profissionais que participam da formação continuada demonstram, de modo geral, uma atitude mais positiva em receber alunos com deficiência em suas turmas regulares.
Machado	1999	O professor tem que estar apto a desenvolver um trabalho onde as oportunidades sejam igualadas entre os ditos “normais” e “deficientes”, sem que ambos sejam

		prejudicados.
Wurdig	1999	O processo de formação não se encerra no término do curso universitário, mas se estende por toda sua trajetória profissional.

De acordo com as orientações dadas pelo MEC, devem ser desenvolvidas em diferentes níveis de atuação as adaptações curriculares: no sistema de Ensino, no Projeto Político-Pedagógico e no planejamento do professor (BREVILHER, 2010, p. 5).

Ainda de acordo Brevilher (2010), sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos, é crucial alterar os procedimentos de ensino, pode ser implementadas atividades alternativas já previstas no currículo ou também inserindo atividades complementares aquelas planejadas anteriormente. Sendo assim, a proposta para solucionar esse dilema enfrentado por ambas as partes é de que os docentes identifiquem o perfil de suas salas, dos seus alunos com necessidades especiais, e avaliando se suas praticas docentes estão aptos a esses alunos, buscando e identificando formas de adaptação curricular e de procedimentos para que todos os alunos possam ser beneficiados no processo de ensino/aprendizado.

A psicomotricidade é uma abordagem que surgiu em meados dos anos 70 e tornou-se muito importante para a educação física escolar e principalmente para os alunos com deficiência física e mental. Foi uma abordagem que sofreu forte influencia de Jean Le Bouch. É afirmado por Dario e Ragel (2014) que a psicomotora engloba o desenvolvimento da criança, com o ato de aprender, com os processos psicomotores, afetivos e cognitivos, buscando a garantia da formação do aluno.

Aquino (2012) afirma que A psicomotricidade consiste em uma ciência que tem como objeto de estudo o homem por meio do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interior e exterior bem como suas

possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com objetos e consigo mesmo.

É confirmado por Rezende, Moreira e Torres (2014) que é possível considerar que as aulas de EFA com base na psicomotricidade voltadas para as PcD influenciam positivamente no seu desenvolvimento global, oportunizando melhores condições motoras de aspectos cognitivos e sociais, o que implica em melhor qualidade de vida. Portanto, quanto mais amplo for o trabalho psicomotor com as PCD, não só na Educação Física, mas em todas as outras atividades desenvolvidas, a literatura demonstra que a probabilidade destes indivíduos obterem uma melhora significativa em sua qualidade de vida é grande.

Temos também a Desenvolvimentista que tem como autor principal Go Tani (2011), que afirma a abordagem desenvolvimentista tem como característica a progressão normal do desenvolvimento fisiológico, afetivo-social, motor e cognitivo na aprendizagem.

Segundo Gallahue (1943) a educação física desenvolvimentista enfatiza a aquisição de habilidades de movimento e crescente competência física baseada no nível desenvolvimentista único do indivíduo. O programa de EF desenvolvimentista preocupa-se especificamente em solucionar esse dilema com a melhora individual na aquisição de habilidades motoras, na atividade física, no aprimoramento do condicionamento físico, na aprendizagem cognitiva e no crescimento afetivo. O programa desenvolvimentista está preocupado com todas as crianças, aquelas que são portadoras de necessidades especiais e aquelas que não são. O sucesso no ensino de crianças portadoras de necessidades especiais depende da aceitação positiva por parte do professor e da criança e de sincera disposição em incorporar as crianças ao programa de educação física regular. A capacidade de individualizar e personalizar a instrução para atender às necessidades e interesses singulares das crianças também é essencial para o sucesso em longo prazo.

As abordagens metodológicas que a Educação Física aborda, ajudam positivamente no desenvolvimento de alunos com deficiência, mas

somente as abordagens não são fundamentais, o professor precisa de uma formação docente continuada e saiba das particularidades dos seus alunos, sendo assim, explorar o lado do seu psicomotor junto aos diferentes conteúdos da educação física. No que se refere a formação dos professores, sobre deficiência, Cidade e Freitas (2002 apud AGUIAR; DUARTE, 2005) afirmam que o que concerne à área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física adaptada ou à inclusão.

De acordo com Carmo (2002 apud DE LEUCAS, 2012), o objetivo da intervenção do professor que atua no campo da educação física para alunos com deficiência é de potencializar as possibilidades de participação ativa dessas pessoas, através de programas com foco na atividade física, no movimento corporal humano.

É necessário que o professor tenha os conhecimentos básicos em relação ao seu aluno, tais como: idade em que apareceu a deficiência, tipo de deficiência se foi gradativa ou repentina, se é permanente ou transitória, as funções e se suas estruturas estão prejudicadas. Implica, também, que esse educador conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional (CIDADE; FREITAS, 1997 apud CIDADE; FREITAS, s/d).

Segundo um estudo realizado por Gorgatti e Junior (2009) que teve como objetivo analisar a percepção dos professores em relação a inclusão das crianças com deficiência nas aulas de Educação Física e a falta de preparo dos professores foi enfatizada. De acordo com seu estudo, 66,6% dos professores que participaram da pesquisa demonstraram um pessimismo relacionado ao seu preparo para trabalhar com alunos com deficiência.

De acordo com Würdig (1999) o processo de formação não se encerra no término do curso universitário, mas se estende por toda sua trajetória profissional, por meios da troca de experiências e do compartilhamento de conhecimentos, processo onde os professores vão crescendo, reorganizando ideias, agregando conhecimentos, posturas e formas de organizar o trabalho em função da convivência com os alunos.

Foi observado por Hutzler (2003) que os profissionais que participaram ou participa formação continuada demonstravam, de modo geral, uma atitude mais positiva em receber alunos com deficiência em suas turmas regulares. No estudo de Rizzo (1985) aparece os mesmos resultados, ao pesquisar 194 professores de educação física, foi verificado que aqueles que participavam de cursos voltados na área da educação física adaptada se mostravam mais otimistas em relação a inclusão de alunos com deficiência em seus planejamentos pedagógicos.

Batista (2015), em seu estudo, nos mostrou que mesmo com a falta de formação seja um dos pontos principais do tema analisado, 84,85% dos professores não procuram formação continuada na área da educação física especial, se percebendo, que mesmo diante da necessidade de adquirir e aperfeiçoar conhecimentos voltados a inclusão do aluno com deficiência essa formação continuada ainda não acontece.

O docente é uma das peças principais para o sucesso no processo de evolução que em que a educação se encontra. Alvarado-Prada (2010) tem a visão de que a sociedade e a universidade ver a docência como algo “frágil”, que pode ser apresentada intuitivamente, dispensando uma forma de qualidade, boa estrutura, bons materiais e bons professores. São fatos que tornam ainda mais difícil ainda alcançar os objetivos da inclusão da inclusão educacional das pessoas com deficiência.

De acordo com Machado (1999) é importante um aprofundamento maior do professor e o histórico do aluno, pois a admissão de alunos com deficiência na escola em classes regulares envolve a capacitação do professor que se dispõe a esse procedimento integral. O professor tem que estar apto a desenvolver um trabalho onde as oportunidades sejam igualadas entre os ditos

“normais” e “deficientes”, sem que ambos sejam prejudicados. E esse trabalho não é acessível para um professor que não conheça seus alunos.

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física vem se tornando muito importante na vida de todas as pessoas, pois partindo da ciência, ela busca integridade com o corpo, a mente, cotidiano, individualidade biológica, trazendo resultados positivos no desenvolvimento do psicomotor. Sendo assim, as pessoas com deficiência física são altamente beneficiadas quando incluídas nas aulas de educação física. As aulas de educação física devem ser atreladas com estímulos e apoios criativos que ajudem essas crianças a se sentirem capazes de fazer o que as outras crianças que não tem deficiência fazem. Sabemos que o processo é lento, mas quando essa criança aprende do jeito dela a fazer o que os outros colegas fazem, pois o sucesso da aula vem e a aprendizagem fica mais dinâmica.

A inclusão deve ser um processo constante, como também a capacitação do corpo docente que vai trabalhar com as crianças com deficiência física. Sendo assim, o êxito da educação inclusiva depende de um trabalho colaborativo e em conjunto. Muitas barreiras ainda precisam ser ultrapassadas referente a inclusão de alunos com deficiência física na escola. É de fundamental importância o papel do professor nesse processo, se tornando necessário a mudança de atitudes, comportamentos e crenças. Sabemos também que somente as leis não garantem o acesso de todos à escola, os professores tem que mostrar interesse e ter qualificações de qualidade, para serem preparados e esclarecidos sobre as possibilidades dos alunos com deficiência, que possam receber suporte do estado e das instituições. Do contrario, a inclusão é apenas uma ideia muito viável na teoria, mas sem aplicação real na prática.

Sendo assim, é esperado que a Educação Física caminhe lado a lado com a educação inclusiva, para trazer o melhor para aprimorar a motricidade e a integração das pessoas que já são tão excluídas pela

sociedade, pois a inclusão não traz apenas o conhecimento mas também para os colegas e professores.

6-REFERÊNCIAS

ALVES F. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.

AMIRALIAN, Maria LT et al. **Conceituando deficiência**. Rev. Saúde Pública [online]. 2000, vol.34, n.1, pp.97-103.

AGUIAR, J. S. de; DUARTE, E. **Educação inclusiva**: um estudo na área da educação física. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 11, n. 2, 2005.

ALVARADO-PRADA, L. E; FREITAS, T. C; FREITAS, C. A. **Formação continuada de professores**: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, 2010.

BATISTA, C. A. M. **Educação inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN n° 9394/96, de 20/12/1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, Brasília, 1998.

CARMO, A. A. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

CIDADE, R.E., FREITAS, P.S. **A Educação Física e inclusão**: considerações para a prática pedagógica na escola. Revista Integração – MEC, Brasília, 2002.

CONCLI, Tanise; MENEZES. Carla Vasconcelos de. **Inclusão na educação física**. Disponível em: Acesso em: 15 mar. 2024.

CROCHÍK, José Leon. **Preconceito e inclusão**. WebMosaica, v. 3, n. 1, 2006. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/22359/13016>. Acesso em 15 mar. 2024.

DE LEUCAS, C.B. **Educação Física e Inclusão**. Belo Horizonte, 2012.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em revista*, v. 24, p. 213-225, 2005. Acesso em: <https://goo.gl/qnQSw>. Acesso em: 16 mar. 2024.

FERREIRA, L. C. **A educação inclusiva e as crianças portadoras da síndrome de down**. Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO, 2002.

FERREIRA, V. **Educação Física adaptada: atividades especiais**. Rio de Janeiro: Sprint, 2012.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. **Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças**. 4. Ed. São Paulo: Phorte, 2008.

GOFF, E. **Estigma- notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Matias Lambert. Publicado em 1891. Digitalizado em 2004.

Gorgatti, M. G; COSTA, R.F. **Atividade Física Adaptada**. Barueri - Sp: Manole, 2005.

HUTZLER, Y. **Attitudes toward the participation of individuals with disabilities in physical activity: a review**. *Quest*, New York, v. 55, p. 347-373, 2003.

MACHADO, Flávia Amaral. **As dificuldades do aluno portador de deficiência física no processo de adaptação social em escola regular no município de Porto Alegre**. p.79. Monografia.

MANTOAN, Maria T. E. e PRIETO, Rosângela, G. P., **Inclusão Escolar**, São Paulo Ed. Summus, 4º Edição, 2006.

MEFANO, Vania. **Política pública para a pessoa com deficiência: Brasil e experiência internacional**. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) -

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

MENDES, André Paulo da Silva. **Análise subjetiva dos professores de educação física sobre a inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar.** Disponível em: Acesso em: 15 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. **Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Diário Oficial da União, 2010.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural:** por que, onde, como e para quem? Rio de Janeiro, 2014.

NEVES, J. L.. **Pesquisa qualitativa:** características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3, 2016. Disponível em https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

NOGUEIRA, Giovani Cavalheiro et al. **Perfil das pessoas com deficiência física e Políticas Públicas:** a distância entre intenções e gestos. Ciênc. saúde coletiva. 2016, vol.21, n.10, pp.3131-3142.

OLIVEIRA, Isabela Maria Pires de; OLIVEIRA, Jennyfer Correa de. **Inclusão de deficientes físicos na educação física escolar.** Disponível em: Acesso em: 15 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Classificação Internacional de Doenças e Problemas de Saúde Relacionados.** 10 ed. Genebra: OMS, 1993.

RANGEL, I. C. A.; NETO, L. S.; DARIDO, S. C.; GASPARI, T. C.; GALVÃO, Z. **O ensino reflexivo como perspectiva metodológica.** In: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. (Org.). Educação física na escola. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. (Coleção Educação Física no Ensino Superior).

RIBAS, J. B. C. **O que são deficientes.** São Paulo: Brasiliense, 2011.

RIBAS, J. B. C. **Por que empregar pessoas com deficiência?** In: Trabalho e pessoas com deficiência. Curitiba, Juruá, 2003.

RODRIGUES, M. **Psicologia educacional - uma crônica do desenvolvimento humano**. São Paulo: McGRAW-HILL, 2010.

SANTOS, Silvana et al. **As causas da deficiência física em municípios do nordeste brasileiro e estimativa de custos de serviços especializados**. Ciênc. saúde coletiva. 2014, vol.19 n.2, pp. 559-568.

SANT'ANA, M.I. **Educação Inclusiva**: concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, nº 2, 2005.

SECRETARIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA (SMPED). **Sem barreiras**: inclusão profissional de pessoas com deficiência. São Paulo: SMPED, 2008. 114 p. Disponível em: <https://goo.gl/yjoKQi>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SILVA, Otto Marques. **“A Epopéia Ignorada”, “Uma Questão de Competência”, “A Integração das Pessoas com Deficiência no Trabalho”**. São Paulo: Cedas, 1987.

TEIXEIRA, Marina Codo Andrade. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de pós-graduação em administração 154 – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/ofjXcU>. Acesso em: 16 mar. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação**: na área das necessidades educativas especiais. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE, ESPANHA, p. 1-49, 10 jun. 1994.

WINNICK. J.P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3 ed. Barueri. SP: Manole, 2004.

WÜRDIG, R. C. **Dos bancos universitários aos pátios escolares**: da formação inicial à prática pedagógica dos professores de Educação Física. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 1, n. 21, p. 632 - 638, 1999.

